

## Amazônia Legal concentra mais da metade dos conflitos e dos assassinatos no campo em 2025

Das 1.593 ocorrências de conflitos no campo registradas pela CPT ao longo de 2025, foram registradas **824 ocorrências** na Amazônia Legal, o que representa mais da metade dos 1.593 registros de todo o país. A região compreende os sete estados da Região Norte, além de Mato Grosso e parte do estado do Maranhão.

Dos 10 estados com maior número de conflitos registrados em todo o país, 7 estão nesta região: Maranhão (**209**), Pará (**179**), Rondônia (**129**), Amazonas (**98**), Acre (**75**), Tocantins (**70**) e Mato Grosso (**63**). Completam a lista os estados do Amapá (**38**) e Roraima, com **27** registros. No caso do Maranhão, **145** conflitos foram registrados na área de transição da Amazônia Maranhense, o que corresponde a quase 70% do total de registros no estado.

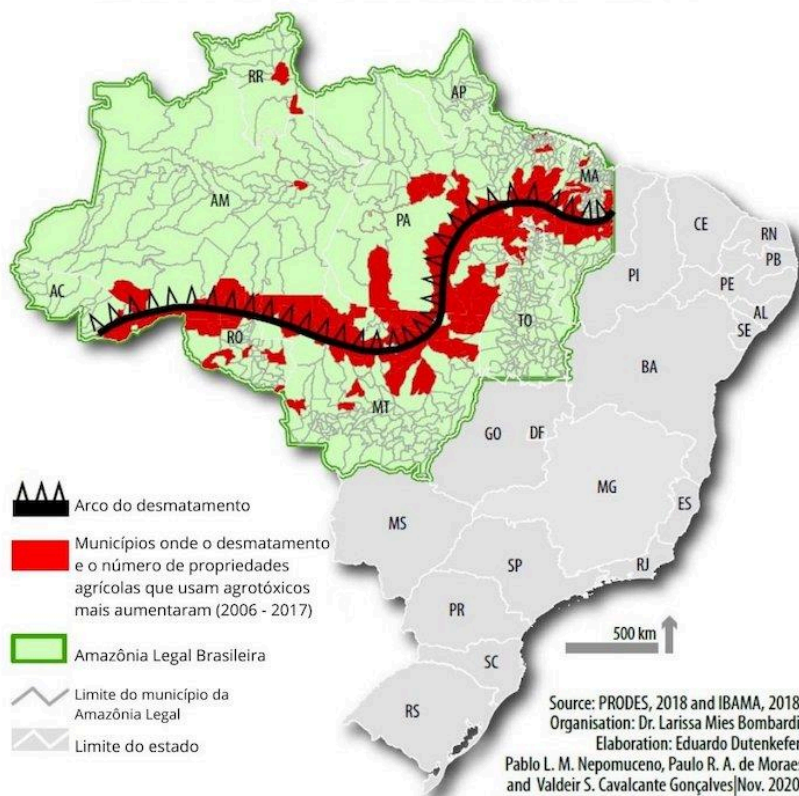
Quase 87% dos conflitos (**714**) são por terra, seguidos de conflitos por água (**72**) e **38** registros de trabalho escravo.

### Conflitos por terra

Dentre os 714 registros de conflitos por terra, o Pará lidera as estatísticas, concentrando 20% do total, com **145** ocorrências, seguido do estado do Maranhão, com **132** casos e o Amazonas, com **89**. Municípios como Boca do Acre (AM), Santarém (PA), Porto Velho (RO), Timbiras (MA), Acrelândia e Rio Branco (AC) lideram em registros de conflitos por terra. As áreas estão ligadas ao chamado “**Arco do Desmatamento**”, marcado pelo avanço da fronteira agropecuária e grandes empreendimentos em rodovias, ferrovias e mineração, agravando as violências contra a ocupação e a posse da terra.

### AMAZÔNIA LEGAL BRASILEIRA

#### AGROTÓXICOS E DESMATAMENTO



Apesar de a maioria dos registros terem apresentado redução, as violências contra a ocupação e posse da terra continuam elevadas na região amazônica. É o caso das invasões (**131** ocorrências), ameaças de expulsão (**119**) e desmatamento ilegal (**102**). A contaminação por agrotóxicos, mesmo tendo uma redução em relação ao recorde de 2024 (de 136 para **77** registros), segue com o segundo maior índice dos últimos dez anos.

Dentre os conflitos que tiveram aumento nos registros, está a omissão e conivência, que saltou de 132 para **145** ocorrências. Este conflito é identificado quando o poder público - no âmbito dos governos federal, estaduais e municipais - não age na garantia de direitos básicos, a exemplo da não demarcação de terras indígenas e não titulação de territórios quilombolas.

### **Conflitos pela água**

Nos conflitos por água, foram registrados **72** casos, incluindo violências como tentativas de assassinato e intimidação. O Pará também lidera, com 21 ocorrências, seguido de Rondônia, com 12, e Tocantins, com 11.

Dentre os principais agentes causadores de violências no acesso e uso da água, estão garimpeiros, empresários, fazendeiros, hidrelétricas e mineradoras. Já dentre as comunidades que sofrem as violências, estão indígenas, ribeirinhos, quilombolas, extrativistas, assentados, pescadores e outras populações.

A maior parte dos conflitos por água na Amazônia Legal está ligada ao uso e preservação, e a relação com barragens e açudes, sendo as principais situações de destruição e/ou poluição das águas, contaminação por minério e por agrotóxicos, diminuição e impedimento no acesso à água e a pesca predatória.

### **Trabalho Escravo Rural**

Os dados sobre trabalho escravo na Amazônia Legal também são expressivos: **780** trabalhadores foram resgatados em **38** operações contra situações degradantes e ilegais de trabalho. Na comparação com 2024, o número mais que triplicou - foram 185 resgates no ano anterior.

As principais atividades em que estes trabalhadores estavam envolvidos estão ligadas à floresta, como garimpo, derrubada de madeira, colheitas de cacau e produção de carvão. A maior parte dos resgates ocorreu em atividades como criação de gado de corte e de leite, abertura e manutenção de pastagens, roçagem e construção de cercas - tarefas diretamente relacionadas à expansão da fronteira agropecuária. Foram 14 registros nessas atividades, nos estados do Pará, Tocantins e Mato Grosso.

A região de origem destes trabalhadores consta em uma pequena parte dos registros, mas é possível identificar alguns estados como **Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins**, além do país vizinho **Venezuela**, demonstrando que, em grande medida, o aliciamento das vítimas e o fluxo interno do tráfico de pessoas acontece na própria região amazônica.

### **Violência contra a Pessoa**

Foram registradas **776** ocorrências de violência contra a pessoa, que atingiram **419** vítimas. Entre os tipos mais recorrentes, salta aos olhos o alto número de humilhações, com **142** casos, seguido de cárcere privado, com **104**, e prisões, com **73**.

Dos 26 registros de assassinatos ocasionados em conflitos no campo em todo o país no ano de 2025, mais da metade (**16**) ocorreram na Amazônia Legal, incluindo os dois casos de massacres, cada um com 3 mortes, nos estados do Pará e de Rondônia. O registro equivale ao dobro de assassinatos registrados em 2024, quando 8 pessoas tombaram diante da violência no campo. Os assassinatos foram concentrados em três estados: Rondônia e Pará, com 7 casos cada, e Amazonas, com 2 registros.

Outras violências também preocupam, como intimidação (**133** registros), ameaças de morte (**85**) e tentativas de assassinato (**39**), demonstrando um cenário de agravamento dos conflitos que pode resultar em outras mortes.

Dentre os agentes causadores de violência contra a pessoa, os fazendeiros são apontados como responsáveis por 14 assassinatos. As outras duas mortes estão relacionadas a conflitos com policiais e madeireiros. Entre as vítimas, estão trabalhadores sem terra, posseiros, pescadores, servidores públicos e integrantes de organizações não governamentais.

Um dos casos envolveu uma disputa por terra no acampamento Marielle Franco, em Lábrea (AM), entre camponeses que reivindicam a posse do território e fazendeiros da Fazenda Palotina. O conflito resultou na morte de José Jacó Cosotle (Jacozinho), de 55 anos, em janeiro de 2025.

No mesmo município, às vésperas do lançamento do relatório, um novo episódio de violência reforçou a gravidade do cenário no campo. Na noite do sábado (25 de abril), três pessoas foram mortas em uma emboscada na Gleba Recreio do Santo Antônio, no sul de Lábrea, na divisa entre Amazonas e Acre. Antônio Renato, Josias Albuquerque de Oliveira e o adolescente Arthur Henrique Ferreira Said estavam em uma caminhonete quando foram atacados por homens armados. O caso ocorreu em uma área já marcada por conflitos fundiários e crimes ligados à disputa por terra.

### **Ações de resistência**

Se, por um lado, a violência é uma realidade constante, as resistências populares também foram presentes na Amazônia. Foram registradas **10 ocupações** no Pará, Tocantins e Rondônia, **1 retomada indígena** no Pará e **2 acampamentos** no Amazonas e Tocantins.

O ano também foi marcante tanto nas mobilizações contra o PL da Devastação e o Marco Temporal quanto durante a Conferência sobre as Mudanças Climáticas (COP 30), sediada em Belém/PA. Ao todo, foram registradas **189 manifestações de luta**, reunindo pelo menos 115 mil pessoas.

As manifestações tiveram expressiva participação dos povos indígenas, que se ergueram contra os mega empreendimentos de infraestrutura, energia e transportes, que têm ameaçado a permanência das comunidades tradicionais em seus territórios. As manifestações tiveram várias modalidades: barqueatas, caminhadas, marchas, ocupações de prédios públicos, romarias e bloqueios de rodovias, hidrovias e ferrovias, dentre outras.

**AMACRO** - Na região compreendida entre as divisas dos estados do Amazonas, Acre e Rondônia, marcada pela especulação e avanço de empreendimentos do agronegócio, foram registrados **186** conflitos por terra, **7** conflitos por água e **2** conflitos trabalhistas em apenas 27 municípios, o que demonstra uma alta concentração da tensão no campo. Além de **6** assassinatos, chamam a atenção as ameaças de expulsão (**69** ocorrências), invasão (**32**),

pistolagem (26), desmatamento ilegal (21), ameaças de despejo (20), além de omissão e conivência, com 18 conflitos.

**Relatório** – Elaborado anualmente pela CPT desde 1985, com a primeira publicação em 1986, o relatório Conflitos no Campo Brasil é uma fonte de pesquisa para universidades, veículos de mídia, agências governamentais e não-governamentais. O relatório é construído, principalmente, a partir do trabalho de agentes pastorais da CPT, nas equipes regionais que atuam em comunidades rurais por todo o País, além da apuração de denúncias, documentos e notícias, feita pela equipe de documentalistas do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (Cedoc-CPT) ao longo do ano.

**Atendimento Imprensa:**

- Carlos Henrique: (62) 99453-9629

Para solicitar os dados brutos, entre em contato com a Assessoria de Comunicação: [comunicacao@cptnacional.org.br](mailto:comunicacao@cptnacional.org.br) ou [comunicacaocpt@gmail.com](mailto:comunicacaocpt@gmail.com).